

## CALOTE DA LCD FAZ TERCEIRIZADOS MOSTRAREM SUA FORÇA



CANOAS/RS



CUBATÃO/SP



TEBIG/RJ



MACAÉ/RJ

## LUTA DOS TRABALHADORES

## PARTICIPE DO PLEBISCITO POPULAR. VOTE!



No dia 1º de julho foi lançado o **Plebiscito Popular RS** para consultar a população sobre a **redução da jornada de trabalho sem redução de salário, fim da escala 6x1, isenção de pagamento de imposto de renda (IRPF) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês e aumento da taxa sobre quem ganha mais de R\$ 50 mil mensais**, em nome da justiça tributária. A mobilização faz parte de uma campanha nacional das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e das centrais sindicais, **sindicatos**, partidos de esquerda e movimentos sociais.

O plebiscito começou dia 1º de julho e segue até setembro, quando **terá seu ponto alto**

nas mobilizações do Grito dos Excluídos, na Semana da Pátria (1 a 7 de setembro). Durante este tempo, militantes estarão nas ruas para dialogar com a população sobre a importância da participação popular na consulta.

Os sindicatos, assim como praças, igrejas, terminais de transporte e outros espaços já têm urnas para coletar os votos, de forma rápida e fácil. Também é possível votar pelo **QRCode abaixo**. O resultado será entregue em Brasília às lideranças dos três poderes.

Fique ligado, se envolva nos debates e vote! Mais informações sobre o Plebiscito no site [www.plebiscitopopular.org.br](http://www.plebiscitopopular.org.br)



**PARA VOTAR É RÁPIDO E FÁCIL!**  
É só marcar **SIM** ou **NÃO** nas duas perguntas impressas nas cédulas de votação. **NÃO DEIXE DE PARTICIPAR!**

**PLEBISCITO POPULAR POR UM BRASIL MAIS JUSTO**

**1** Você é a favor da redução da jornada de trabalho sem redução salarial e do fim da escala 6x1?  
 SIM  NÃO

**2** Você é a favor de que quem ganhe mais de 50 mil por mês pague mais imposto de renda para que quem recebe até 5 mil por mês não pague?  
 SIM  NÃO

**O QUE É UM PLEBISCITO**

Um plebiscito popular é uma consulta pública em que a população vota "sim" ou "não" sobre uma proposta específica antes que ela seja transformada em lei ou decisão oficial. Trata-se de um instrumento de democracia direta, em que o povo opina diretamente sobre temas de grande relevância política, social ou econômica.

**ACIDENTE COM TERCEIRIZADO NA REPLAN**

No dia 21/06, o petroleiro terceirizado Carlos Rodrigo Medeiros, que trabalhava como caldeireiro na Replan (SP), contratado pela empresa **QWS**, desde 2021, faleceu três dias depois de sofrer um **acidente durante a manutenção de um trocador de calor**, quando o bolear fez um movimento de pêndulo e bateu na sua cabeça. Ele chegou a ser socorrido, mas não resistiu.

Para o Sindipetro-RS, **este acidente evidencia mais uma vez a precariedade que estão expostos os petroleiros, diretos e terceirizados**, dentro do Sistema Petrobrás.

Para os dirigentes do Sindipetro-RS, todos os trabalhadores precisam voltar para suas casas com segurança. "Merecemos e exigimos o respeito, tanto da Petrobrás, quanto das empresas terceirizadas, para que os trabalhadores possam voltar para casa depois de um dia de trabalho, de ganhar o seu pão, o seu sustento com dignidade, com saúde e vivos. É responsabilidade da empresa manter um número de trabalhadores suficiente para que os trabalhos sejam feitos em segurança, ter verba suficiente para a manutenção, e não repetir o que fizeram governos como o anterior, que sucateou a empresa para privatizar, colocando os trabalhadores em risco", falou o diretor Alex Frey na edição do Papo Direto Online do dia 27/06.

**CARLOS RODRIGO, PRESENTE!**

**ESTE CANAL É PARA VOCÊ!**

**LUTA DOS TRABALHADORES**

**CALOTE DA LCD FAZ TERCEIRIZADOS MOSTRAREM SUA FORÇA**



Cubatão/SP

Não raro, depois de muitos abusos das empresas e tentativas de negociação dos trabalhadores terceirizados que atuam no Sistema Petrobrás, **a alternativa que resta é a greve**. E não somente nas Paradas, mas, muitas vezes, até mesmo nas rotinas de trabalho. Uma situação que acontece no RS e praticamente em todas as unidades do Sistema Petrobrás.

Os casos mais recentes envolveram a LCD Engenharia. O **calote nos salários e direitos, a precarização das condições de trabalho e na segurança**, tem revoltado os trabalhadores. A situação levou terceirizados de diversas unidades do Sistema a decretarem greve nos estados onde a LCD está presente, como RPBC (SP), REPAR (PR), Cabiúnas (RJ), Macaé (RJ) e **Refap (RS)**.

Entre as reivindicações estão o **pagamento integral dos salários e o cumprimento dos direitos trabalhistas**. Outros itens como reajustes abaixo da inflação, descumprimento de

acordo coletivo, precarização e desigualdade em relação aos trabalhadores próprios e a terceirizados de outras unidades, condições de trabalho, plano de saúde, benefícios, horas extras, melhorias na alimentação e transporte, também foram relatados.

**PETROBRÁS NÃO PODE LAVAR AS MÃOS**

Pressionada pelos trabalhadores diretos, que apoiam a luta dos terceirizados, e pelos próprios terceirizados, a Petrobrás, em reunião realizada em meados de junho, informou que houve a interrupção da prestação de serviços pela empresa LCD e que a estatal realizaria diligências junto à empresa para o cumprimento das obrigações legais e contratuais. Mas, no dia 23/06, a Petrobrás anunciou que iria assumir diretamente o pagamento dos trabalhadores terceirizados desta empresa.

Para as entidades que representam os petroleiros, a situação da **LCD não é um caso isolado e os problemas de atrasos de salários e calote nos direitos são recorrentes**. Elas cobram **mudanças estruturais na política de contratação de terceirizadas**.

Em fevereiro deste ano, as

entidades participaram de reunião com gestores da Petrobrás e subsidiárias, propondo medidas como maior fiscalização de contratos, garantia de condições dignas de trabalho, saúde e segurança e respeito aos direitos humanos. Medidas essas que não foram implementadas e que precisam, com urgência, virar realidade.

**TRABALHADORES FICAM A "VER NAVIOS"**

As greves dos trabalhadores da LCD, que vêm ocorrendo desde maio, chamaram a atenção para uma prática sistemática das empresas terceirizadas: assumem os contratos, pedem falência, atrasam salários e descumprem direitos trabalhistas e, no fim, deixam os trabalhadores a "ver navios".

Os movimentos paredistas dos últimos meses mostraram de forma clara, o quanto estes trabalhadores estão vulneráveis dentro do Sistema Petrobrás. São eles que acabam pagando o preço mais alto pela falta de garantias efetivas em caso de inadimplência da contratada; pelo pouco controle dos trabalhadores sobre os recursos pagos pela estatal; pelo papel às vezes limitado dos sindicatos em contratos terceirizados; e, principalmente, pela fragilidade do modelo de terceirização em serviços críticos, como são os prestados no setor petróleo.

**OS PROBLEMAS MAIS COMUNS VIVENCIADOS PELOS TRABALHADORES NA LCD**

Condições de trabalho	Precárias e inseguras
Atrasos salariais e corte de benefícios	Desde abril de 2025, houve atrasos recorrentes no pagamento de salários, vale-transporte, tíquetes alimentação e horas extras
Equipamentos e jornada de trabalho	Em várias unidades, a empresa não fornecia EPI's adequados ou atualizados e reutilizava EPI's
Jornadas excessivas	Denúncia comum, especialmente durante paradas de manutenção, com turnos de até 14h seguidas e poucos dias de folga
Segurança operacional	Trabalhadores atuando em área de risco sem supervisão técnica adequada, DDS feito de maneira superficial e operação de equipamentos de alto risco mesmo sem treinamento atualizado
Treinamento e capacitação	Falta de reciclagem nas NRs, cursos obrigatórios online, com conteúdo defasado
Ações e denúncias formais	Os Tribunais Regionais do Trabalho receberam dezenas de queixas individuais e coletivas contra a LCD em 2025



## COMUNICADO DE ACIDENTE DO TRABALHO - CAT

Sempre que ocorrer um acidente de trabalho a empresa deve imediatamente fornecer ao trabalhador/a o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT). O empregador tem a responsabilidade de garantir que todos os acidentes de trabalho sejam devidamente comunicados, sejam eles com ou sem afastamento. A falta da CAT à Previdência Social pode resultar em multas e prejudica o trabalhador quando do requerimento de benefícios previdenciários, como os benefícios por doença e o auxílio-acidente.

Caso a empresa não forneça, a CAT pode ser feita pela pessoa que sofreu o acidente ou está acometida de doença equiparada a acidente de trabalho e também pelo sindicato da categoria profissional do autor. Importante é que



Dra. Caroline Anversa  
Escritório Direito Social  
(51) 98153.9836

nenhum acidente fique sem o registro correspondente e a comunicação imediata ao INSS. Neste documento deve constar o relato do ocorrido, a data do afastamento e o atestado correspondente ao primeiro atendimento médico.

Além da comunicação ao INSS, a empresa tem o dever de tomar medidas de segurança para evitar novos acidentes e realizar a análise do acidente para identificar suas causas e implementar ações preventivas. Ainda, cabe a empresa a responsabilidade pelos danos morais e materiais decorrente de acidente ou doença ocupacional ocasionados aos seus empregados e empregadas, custeando tratamento e, em casos de redução da capacidade de trabalho, pode ser condenada judicialmente ao pagamento de pensionamento. Sempre que ocorrer qualquer acidente do trabalho, é importante buscar orientação junto ao Sindicato.

## IMPOSTO DE RENDA NÃO INCIDE SOBRE PENSÕES ALIMENTÍCIAS

Em decisão de junho de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) afastou a incidência do Imposto de Renda (IR) sobre valores recebidos a título de alimentos ou de pensões alimentícias, decorrentes do direito de família. Conforme a decisão, os valores pagos à título de pensão não se configuram como renda da pessoa que as recebe. O de quem paga a pensão já é tributado quando de seu recebimento, e cobrar novamente e sem qualquer justificativa o imposto sobre quem a recebe, ofende a Constituição. Em outubro de 2022, o STF negou, por unanimidade, pedido da União para que a decisão do Tribunal não tivesse efeito retroativo.

**Posso pedir restituição do imposto pago sobre a pensão alimentícia?** Sim. Para isso, retifique as



Dr. Lázaro Costa  
Direita & Advogados Associados  
(51) 99620.8202

declarações dos últimos anos retirando o rendimento da ficha "Rendimentos Tributáveis" e inserindo na ficha "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis". Envie a declaração retificadora por qualquer meio (programa, online ou app para celular). Com a retificação, as seguintes situações podem acontecer:

- 1) SE O VALOR DA RESTITUIÇÃO FOR MAIOR** - a diferença será depositada na conta bancária informada na declaração, seguindo o cronograma de lotes e prioridades legais;

- 2) SE O VALOR DA RESTITUIÇÃO FOR MENOR** - o valor pago a mais poderá ser devolvido.

Para os exercícios **anteriores a 2022** faça o pedido eletrônico de restituição pela opção online (Per/Dcomp Web). Para o **exercício de 2022**, baixe e instale o programa Per/Dcomp no seu computador para fazer o pedido de restituição.



## CARTILHA EM DEFESA DOS TERCEIRIZADOS

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou uma cartilha orientativa voltada a sindicatos que atuam na defesa de **trabalhadores terceirizados** em contratos firmados com a administração pública. O material traz orientações práticas sobre a **responsabilidade subsidiária do poder público em caso de inadimplência de empresas contratadas**. A cartilha explica que a decisão do STF sobre o tema não elimina a possibilidade de responsabilização da administração pública, e condiciona essa responsabilização à comprovação de falha na fiscalização do contrato. Também orienta que, ao receber **denúncias de trabalhadores terceirizados sobre irregularidades contratuais**, o sindicato deve, em primeiro lugar, notificar formalmente a administração pública com informações detalhadas, além de apresentar ferramentas adicionais para fortalecer a atuação sindical, como modelos prontos de notificação formal e de representação ao MPT

## PARA ACOMPANHAR



### REUNIÃO COM SENADOR PAIM

Dirigentes sindicais de diversas categorias participaram, dia 18/06, na sede da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-RS) de encontro com o Senador Paulo Paim (PT/RS). Na ocasião foram tratados temas como **os desafios da terceirização** e as **principais lutas em defesa dos direitos trabalhistas**. O senador se comprometeu a realizar esforços para aprimorar a legislação que impactou fortemente setores terceirizados pela desregulamentação trabalhista em 2017. "Vou encaminhar no parlamento", disse ele.